Moção de Estratégia Local | NT Municipal de Coimbra do LIVRE | 2026-2028

Lista R - Coimbra: a ambição coletiva de reforçar o LIVRE

A nossa visão

O LIVRE integra hoje a coligação que governa Coimbra. Esta realidade coloca-nos perante uma responsabilidade política acrescida: transformar os nossos princípios e propostas em políticas públicas que contribuam para um concelho mais justo, sustentável, democrático e capaz de proporcionar melhores condições de vida.

Queremos um LIVRE com capacidade de influência na governação municipal, que participe na construção de um modelo de desenvolvimento económico e social coerente com os seus valores e contribua para afirmar Coimbra no distrito, na região, no país e na Europa.

Mas esta ambição exige mais do que boas propostas ou representação institucional. Exige conhecimento, capacidade crítica, diálogo, construção de compromissos e, sobretudo, participação democrática.

É nesta relação entre ambição política e inteligência coletiva que situamos a estratégia da Lista R para os próximos dois anos. Queremos reforçar o LIVRE, fazendo aumentar a sua base social, qualificando a sua intervenção e aproximando os princípios democráticos que defendemos das práticas através das quais construímos as nossas decisões.

1. Governar para transformar

A participação do LIVRE na coligação Avançar Coimbra constitui uma oportunidade para aproximar o nosso projeto político da realidade concreta das pessoas. Mas entre a afirmação de uma proposta e a sua concretização existe um percurso que exige conhecimento, negociação, construção de consensos e sentido de responsabilidade.

Num quadro de governação minoritária, sem representação própria no executivo municipal, a nossa capacidade de influência depende especialmente da qualidade das propostas que apresentamos, da credibilidade da nossa intervenção e da capacidade de construir convergências com os parceiros de coligação e com outras forças políticas.

A participação na governação deve, por isso, ser entendida como um instrumento de transformação política, nunca como um fim em si mesmo. A fidelidade ao nosso projeto não exige a ausência de compromissos, mas exige que estes respeitem os princípios e objetivos que justificam a nossa participação.

Este novo contexto municipal exige uma organização capaz de acompanhar a governação e de construir posições com os membros e apoiantes. É neste quadro que identificamos a necessidade de tornar mais regular a discussão coletiva, de clarificar o acompanhamento das decisões e de criar mais oportunidades de participação. Partimos do trabalho realizado e do conhecimento existente no núcleo para melhorar estas práticas, através de uma avaliação aberta às diferentes experiências dos seus participantes.

Para acompanhar a governação municipal, promoveremos semestralmente uma discussão em plenário, com a participação dos representantes eleitos, sobre os compromissos municipais, os resultados alcançados e as divergências relevantes. As consequências dessa avaliação serão discutidas e decididas pelos órgãos competentes.

Enquanto a avaliação da governação municipal demonstrar que esta contribui efetivamente para concretizar o programa e os valores do LIVRE, devemos empenhar-nos no seu sucesso. Se essa orientação se perder e a governação se afastar substancialmente do projeto que assumimos perante os cidadãos, caber-nos-á retirar as respetivas consequências políticas, incluindo o exercício da oposição.

A autonomia política não se mede apenas pela capacidade de afirmar divergências, mas também pela capacidade de transformar propostas em decisões e políticas concretas. É essa maturidade que se exige a um partido que ambiciona assumir responsabilidades de governo.

2. Coimbra: que desenvolvimento queremos?

A nossa intervenção deve partir da diversidade territorial, social, cultural e económica do concelho. Coimbra reúne uma cidade universitária, instituições científicas e serviços de referência, mas também freguesias urbanas, periurbanas e rurais, com diferentes dinâmicas económicas, necessidades e oportunidades.

A habitação, a mobilidade, a água, a floresta, a relação com as instituições de ensino superior, o futuro da Baixa e o orçamento municipal serão assuntos prioritários de discussão. As posições concretas serão construídas com os membros

e apoiantes, em tempo útil, antes das decisões institucionais, através de debates e deliberações em plenário no âmbito das suas competências, respeitando a autonomia dos eleitos. Qualquer membro ou apoiante poderá propor outros temas para discussão.

Queremos uma Coimbra mais sustentável e resiliente perante as alterações climáticas, com habitação acessível, mobilidade eficiente, serviços públicos de qualidade e espaços urbanos mais humanos. Um concelho onde a organização da vida coletiva favoreça a conciliação entre trabalho, família, participação cívica e tempo pessoal.

Mas a qualidade de vida depende também da capacidade de criar riqueza e de a transformar em desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Que modelo de desenvolvimento económico queremos para Coimbra e que capacidade efetiva tem o poder municipal para o promover?

Coimbra dispõe de um património de conhecimento, investigação e formação que constitui uma das suas maiores potencialidades. Contudo, esses recursos não se traduzem automaticamente em investimento produtivo, inovação económica, emprego qualificado ou criação de riqueza que permaneça no território e beneficie a comunidade.

Precisamos de aprofundar a reflexão sobre a relação entre as instituições de ensino e investigação, as empresas, os trabalhadores, os serviços públicos e a sociedade civil. Compreender como podemos atrair e fixar pessoas, valorizar os recursos locais e promover atividades económicas capazes de sustentar um desenvolvimento equilibrado.

Esta reflexão obriga-nos também a reconhecer os limites da intervenção municipal. Que instrumentos estão efetivamente ao alcance dos municípios? Que decisões dependem do Estado central? Que competências e recursos seriam necessários para que os territórios pudessem orientar mais diretamente o seu desenvolvimento?

Estas questões não podem ser respondidas apenas à escala do concelho. Conduzem-nos inevitavelmente ao debate sobre o modelo económico, a descentralização e a organização territorial do poder político.

3. Pensar Coimbra para além de Coimbra

A regionalização deve ocupar um lugar central nesta reflexão.

Não se trata simplesmente de discutir a criação de novas estruturas administrativas, mas de questionar a distribuição do poder, dos recursos e da capacidade de decisão sobre o futuro dos territórios.

Um país excessivamente centralizado limita a construção de estratégias de desenvolvimento ajustadas às diferentes realidades regionais. A regionalização coloca, por isso, uma questão simultaneamente democrática e económica: quem deve decidir, com que competências, com que recursos e perante quem deve responder pelas decisões tomadas?

Mas a transferência de competências não garante, por si só, um desenvolvimento mais equilibrado. É necessário discutir o modelo económico e social que pretendemos construir, a articulação entre os diferentes níveis de administração e a capacidade de reduzir as desigualdades territoriais.

Coimbra pode e deve afirmar-se como uma referência política, científica e cultural no distrito e na região Centro. Não para reproduzir à escala regional a concentração de poder e recursos que criticamos à escala nacional, mas para promover a cooperação entre municípios, instituições, agentes económicos e comunidades.

É também por isso que o LIVRE Coimbra não deve limitar a sua reflexão aos assuntos estritamente municipais. As transformações económicas, ambientais, tecnológicas e geopolíticas, as políticas nacionais e as decisões da União Europeia têm consequências diretas na vida do concelho.

Queremos um Núcleo Territorial Municipal capaz de compreender essas relações, pensar Coimbra no distrito, na região, no país, na Europa e no mundo, e contribuir criticamente para a elaboração e qualificação das propostas políticas do LIVRE.

A experiência local deve alimentar o pensamento político do partido, da mesma forma que o seu projeto nacional e europeu deve encontrar concretização na realidade dos territórios.

4. A força da inteligência coletiva

Como concretizar uma ambição desta dimensão? Como transformar estas preocupações em pensamento político, propostas consistentes e capacidade efetiva de intervenção?

Não temos a pretensão de conhecer antecipadamente todas as respostas. Nem acreditamos que uma direção política, por mais empenhada e qualificada que seja, as possa construir isoladamente.

Mas sabemos uma coisa: para concretizar esta ambição precisamos das pessoas.

Precisamos do seu conhecimento, da sua experiência, da sua criatividade e, sobretudo, da sua capacidade crítica e analítica. De quem conhece os problemas das pessoas e do território, de quem estuda e investiga, de quem trabalha nas empresas e nos serviços públicos, de quem participa nas associações e movimentos cívicos, de quem traz novas perspetivas e de quem está disponível para questionar as soluções que julgamos conhecer.

É aqui que a natureza democrática e horizontal do LIVRE ganha um significado que ultrapassa a sua organização interna.

Os membros e apoiantes não podem ser entendidos apenas como recursos disponíveis para executar decisões previamente tomadas. Devem participar na definição das prioridades e na construção dessas decisões, contribuindo com a diversidade das suas experiências e perspetivas.

A inteligência coletiva não resulta simplesmente de reunir pessoas. Exige uma cultura democrática que valorize a divergência, estimule o confronto de argumentos e reconheça que nenhuma função ou responsabilidade institucional confere o monopólio da reflexão política.

A participação não é apenas um princípio identitário do LIVRE. É uma condição para produzir melhores propostas, tomar decisões mais fundamentadas e ampliar a nossa capacidade de intervenção política.

5. Da horizontalidade à prática democrática

O LIVRE dispõe de uma organização assente em órgãos colegiais e mecanismos de participação que importa conhecer, valorizar e tornar efetivos.

No Núcleo Territorial Municipal, o plenário constitui o órgão deliberativo, aberto à participação de membros e apoiantes, onde devem ser discutidas as orientações políticas e acompanhada a atividade do núcleo. Ao Grupo de Coordenação Local cabe dirigir e coordenar essa atividade, promover a articulação com os representantes eleitos e criar condições para que a vontade coletiva se traduza em intervenção política.

Esta distinção é fundamental: a coordenação política não deve substituir-se à participação, mas organizá-la, estimulá-la e dar-lhe consequência.

Os plenários devem constituir espaços efetivos de discussão e deliberação, os grupos de trabalho devem permitir mobilizar conhecimentos e elaborar propostas, e a articulação entre o GCL e os representantes eleitos deve assegurar que a intervenção institucional do LIVRE beneficia da reflexão coletiva.

O Regulamento dos Núcleos Territoriais prevê uma frequência mínima trimestral para os plenários. Assumimos o compromisso de os realizar, pelo menos, de dois em dois meses, divulgando antecipadamente o calendário, a ordem de trabalhos e a documentação necessária. Disponibilizaremos um canal para a apresentação de temas e contributos, incluindo por escrito, e partilharemos uma síntese das deliberações e do seu acompanhamento. Os membros e apoiantes serão informados sobre o encaminhamento dos seus contributos e sobre os motivos das decisões tomadas.

Proporemos ainda a constituição de grupos de trabalho sobre habitação e vida urbana; mobilidade, ambiente e território; e desenvolvimento económico, ensino superior e cultura. A sua organização será acordada com os participantes e ajustada à disponibilidade existente. Cada grupo terá objetivos e prazos definidos e apresentará os seus contributos à discussão coletiva.

A autonomia dos eleitos e dos responsáveis políticos não é incompatível com este modelo. Pelo contrário, pode ser reforçada através de orientações e mandatos coletivamente construídos, garantindo simultaneamente capacidade de iniciativa e responsabilidade perante o partido.

Mas não basta disponibilizar mecanismos de participação. É necessário criar condições para que as pessoas os utilizem.

Não podemos limitar-nos a esperar que os membros e apoiantes venham ao encontro do partido. É o partido que deve procurá-los ativamente, conhecer as suas preocupações, acolher os seus contributos e promover diferentes formas de participação, incluindo para quem não dispõe de tempo ou condições para integrar regularmente reuniões e grupos de trabalho.

Esta abertura deve estender-se à sociedade. Um partido que pretende transformar Coimbra tem de saber escutar quem nela vive, trabalha, investiga, empreende e participa civicamente, mesmo quando essas pessoas não partilham integralmente as suas posições.

Promoveremos o acolhimento de novos membros e apoiantes e, pelo menos, uma iniciativa aberta por trimestre, através de debates, visitas ou encontros com associações e comunidades em diferentes freguesias. A criação de estruturas de freguesia será ponderada com os interessados, de acordo com as regras do partido e a capacidade de assegurar atividade continuada.

A horizontalidade, a colegialidade, a transparência e a participação democrática não podem permanecer apenas no plano dos princípios ou das disposições regulamentares. Devem traduzir-se na forma como construímos posições políticas, distribuímos responsabilidades, tomamos decisões e avaliamos os seus resultados.

Aproximar o LIVRE *de facto* do LIVRE *de jure* é parte integrante da nossa ambição política. Não por formalismo organizativo, mas porque uma organização democraticamente exigente reúne melhores condições para produzir pensamento crítico, qualificar propostas e exercer o poder de forma responsável.

6. Reforçar o LIVRE: o nosso compromisso

Reforçar o LIVRE não significa apenas aumentar o número de membros, apoiantes ou representantes eleitos. Significa alargar a sua base social, aprofundar a implantação territorial, diversificar os conhecimentos e experiências que mobiliza e reforçar a sua capacidade de compreender a sociedade e de nela intervir.

Significa também afirmar o LIVRE como uma força política preparada para assumir responsabilidades governativas, capaz de conciliar convicção programática, cultura democrática, competência institucional e construção de compromissos.

Os próximos dois anos representam uma oportunidade para aprofundar esse caminho em Coimbra: contribuir para uma governação municipal coerente com o nosso programa, reforçar a capacidade de influência do LIVRE nas políticas públicas e afirmar o concelho como espaço de reflexão e intervenção política relevante para o futuro da região e do país.

No início do mandato, promoveremos em plenário a discussão e definição das prioridades de intervenção do núcleo, a partir das orientações desta moção e dos contributos dos membros e apoiantes. Com base nas prioridades aprovadas, elaboraremos um plano de atividades, a submeter à aprovação do plenário. Apresentaremos anualmente um balanço da sua execução, da participação e da implantação territorial, para avaliar resultados e ajustar o trabalho às capacidades do núcleo.

Mas queremos, acima de tudo, fazê-lo através de uma organização aberta, participativa e consciente de que a sua maior força reside nas pessoas, na diversidade das suas ideias e na capacidade de as transformar em decisões coletivas.

É essa a responsabilidade que assumimos enquanto candidatos ao Grupo de Coordenação Local: não substituir a vontade coletiva pela nossa, mas criar as condições para que todos possam participar na sua construção, para que o pensamento crítico se traduza em propostas e para que essas propostas ganhem capacidade de intervenção e transformação política.

Esta é a nossa missão. Este é o compromisso da Lista R: fazer da democracia interna a força que nos permite reforçar o LIVRE e transformar Coimbra. Porque Coimbra, uma ambição coletiva, só pode construir-se coletivamente.